



TRÊS MOMENTOS DA URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO: A CONTRADIÇÃO DA PRODUÇÃO DO VALOR-CORPO-ESPAÇO NOS SÉCULOS XIX-XX-XXI (CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

Guilherme Moreira Petrella

Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, Campus Zona Leste | guilherme.petrella@unifesp.br

Sessão Temática “Cidade, história e cultura em disputa”

Resumo:

Este artigo discute a relação contraditória entre a produção do valor, do corpo e do espaço. O valor como relação de *produção* e de *propriedade*; o corpo como trabalho *produtivo*, *reprodutivo* e *improdutivo*; o espaço como *terra* e *natureza*. Estabelece nexos da produção histórica das diferenças de corpo, noções de raça, gênero e sexualidade, e os modos como interagem nas relações de trabalho, na e da cidade. Aproximações que são realizadas por três momentos críticos da urbanização de São Paulo. O primeiro, na virada do Século XIX para o XX, onde a dimensão racial do trabalho, na passagem do trabalho escravizado do africano para o trabalho livre do imigrante, estrutura a renovação urbana. O segundo, meados do Século XX, onde vem a se somar questão de gênero na proletarização da oferta massiva da força de trabalho e periferação da metrópole. O terceiro, na atualidade, onde emerge a questão da sexualidade, na precarização comunitária do trabalho e do urbano, na renovação urbana contemporânea.

Palavras-chave: Metropolização; Construção Civil; Reprodução Social; interseccionalidade; luta de classes

THREE MOMENTS IN THE URBANIZATION OF SÃO PAULO: THE CONTRADICTION OF THE PRODUCTION OF VALUE-BODY-SPACE IN THE 19TH-20TH-21ST CENTURIES (CITY, HISTORY AND CULTURE IN DISPUTE)

Abstract:

This article discusses the contradictory relationship between the production of value, the body and space. Value as a relationship of production and property; the body as productive, reproductive and unproductive work; space as land and nature. It establishes links to the historical production of body differences, notions of race, gender and sexuality, and the ways in which they interact in work relationships, in and of the city. Approaches that are made by three critical moments in the urbanization of São Paulo. The first, at the turn of the 19th to the 20th century, where the racial dimension of work, in the transition from enslaved African labor to free immigrant labor, structures urban renewal. The second, in the middle of the 20th century, where the issue of gender comes to the fore in the proletarianization of the massive supply of labor and the peripheralization of the metropolis. The third, today, where the issue of sexuality emerges, in the community precariousness of work and urban life, in contemporary urban renewal.

Keywords: *Metropolization; Civil Construction; Social Reproduction; intersectionality; Class Struggle.*

TRES MOMENTOS EN LA URBANIZACIÓN DE SÃO PAULO: LA CONTRADICCIÓN DE LA PRODUCCIÓN DE VALOR-CUERPO-ESPACIO EN LOS SIGLOS XIX-XX-XXI (CIUDAD, HISTORIA Y CULTURA EN DISPUTA)

Resumen:

Este artículo analiza la relación contradictoria entre la producción de valor, el cuerpo y el espacio. Valor como relación de producción y propiedad; el cuerpo como trabajo productivo, reproductivo e improductivo; El espacio como tierra y naturaleza. Establece vínculos con la producción histórica de las diferencias corporales, las nociones de raza, género y sexualidad, y las formas en que interactúan en las relaciones laborales, en y de la ciudad. Aproximaciones que se hacen por tres momentos críticos en la urbanización de São Paulo. El primero, entre el siglo XIX y el XX, donde la dimensión racial del trabajo, en la transición del trabajo africano esclavizado al trabajo inmigrante libre, estructura la renovación urbana. La segunda, a mediados del siglo XX, donde la cuestión de género pasa a primer plano en la proletarización de la oferta masiva de mano de obra y la periferización de las metrópolis. El tercero, hoy, donde emerge la cuestión de la sexualidad, en la precariedad comunitaria del trabajo y la vida urbana, en la renovación urbana contemporánea.

Palabras clave: *Metropolización; Construcción Civil; Reproducción Social; interseccionalidad; Lucha de Clase*

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a relação contraditória entre a “produção do valor”, a “produção do corpo” e a “produção do espaço”. Uma tríade que se desdobra da relação exposta n’*O Capital* (Marx, 1985-1986, págs. 269; 317) entre capital, trabalho e terra. O *valor* aparece como relação de produção e de propriedade; o *corpo* como trabalho produtivo, reprodutivo e improdutivo; o *espaço* como terra e natureza. Ela apresenta ainda suas contradições “internas”. Como *capital*, a relação entre produção e reprodução do valor e do antivalor. Como *trabalho*, a relação entre trabalho abstrato e socialmente necessário, constituinte das *relações de classe*, e as singularidades de raça, gênero e sexualidade, constituintes das *relações interseccionais*. Dimensões do trabalho que interagem de modo desigual e combinado no valor e antivalor, bem como na produção do espaço. Como *terra*, a produção capitalista do espaço, a partir de trabalhos *na* e *da* cidade, sua inserção desigual e combinada nas condições de produção e reprodução capitalista. Uma combinação de elementos desiguais e em contradição.

Estabelece nexos da produção histórica das diferenças de corpo, noções de raça, gênero e sexualidade, e os modos como elas interagem nas relações de trabalho *produtivo*, *reprodutivo* e *improdutivo*, *na* e *da* cidade. Aproximações que são realizadas por três momentos críticos da urbanização de São Paulo. O primeiro, na virada do Século XIX para o XX, onde a dimensão racial do trabalho, na passagem do trabalho escravizado do africano para o trabalho livre do imigrante, estrutura as relações de produção e reprodução na renovação urbana. O segundo, meados do Século XX, onde à questão de gênero vem a se somar à racial na estruturação da proletarização na oferta massiva da força de trabalho e da periferização da metrópole. O terceiro, na atualidade, onde emerge a questão da sexualidade, na precarização comunitária do trabalho e do urbano, na renovação urbana contemporânea. Um movimento histórico concebido através da relação entre momentos de uma “produção total” (Marx, 2001).

Esse “recurso histórico” se mostra necessário para construir *bases* de um movimento de análise que aponta *na* e *para a* atualidade dimensões do conflito social e da contradição entre reprodução do capital e reprodução da vida. Um movimento “regressivo-progressivo” (Lefebvre, 1999a). Contradição que é experimentada, particularmente, na urbanização de São Paulo. Se no último quartel do século aparecem essas *bases*, na atualidade elas se estendem e intensificam com a reestruturação do capitalismo contemporâneo, onde predomina a financeirização da economia (Chesnais, 2005) e das relações sociais – *práxis* dominada pela emergência do neoliberalismo (Dardot, Laval, 2016). Combina a centralidade do rentismo e do capital fictício à concorrência e seletividade do uso de recursos públicos e estatais. Na disputa pelo espaço e pelo valor, que daí decorrem, realiza-se a gestão e administração das desigualdades sociais (em detrimento de sua superação) com aumento do uso da violência, pública ou privada. Gestão desigual sobre corpos e espaços desiguais. Assim, essa reflexão combina a “análise interseccional” da opressão (Davis, 2016; Collins, 2021) às relações de exploração, expropriação e extração, experimentadas na “produção, circulação e distribuição do valor” (Marx, 2001), através da produção do espaço (Lefebvre, 1999b; Harvey, 2005).

RENOVAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL, SÉC. XIX-XX

A passagem do século XIX para o XX é marcada, na cidade de São Paulo, por uma grande transformação urbana, sintetizada na substituição da “cidade de taipa” pela “cidade do tijolo” (Pereira, 1988, 2004). A “taipa”, técnica construtiva que predominou nos três primeiros séculos de existência da cidade, insere-se na escravidão e utiliza compulsoriamente o trabalho indígena e negro.

em São Paulo, a escravidão africana só se tornou relevante na segunda metade do século XIX, com a expansão da economia cafeeira. Até então, [a cidade de] São Paulo tinha uma economia complementar em que a presença do negro foi pouco expressiva e a utilização do trabalho indígena muito marcante, se constituindo em mão-de-obra básica para as construções paulistas até o advento da cafeeira. Apenas em 1872 a importância do escravo negro entre os ‘trabalhadores de edificações’ se tornou relevante, significando 31,7% do total de trabalhadores na província” (Pereira, 2004, p. 24-25).

Um trabalho que é atravessado pela racialização desses trabalhadores e que conformará o rudimento da divisão do trabalho e da classe social identificadas com o “nacional despossuído” (Angatu, 2017). Na “taipa”, a centralidade social e econômica paulista não se localizava na cidade de São Paulo, distante do litoral. Condição que definia sua pequenez urbana diante das outras capitais provinciais do país. É apenas com o “tijolo” que o crescimento da cidade se dará, através na convergência gerada pela cultura do café, em direção ao oeste paulista, com a instalação das linhas férreas que faziam a ligação das fazendas ao porto, passando pelas cidades e afunilando-se na capital. Esta relação produtiva, por sua vez, é amparada pela presença de casas bancárias e comerciais, que localizam os negócios na cidade. Assim, o centro gravitacional desloca-se para a capital, realizando o crescimento urbano vertiginoso fundado na ascensão da economia cafeeira.

O “tijolo” é o elemento que incorpora essa metamorfose, tornando-se a materialidade chave da técnica construtiva predominante. A difusão da alvenaria de tijolos desenvolve uma industrialização e uma pré-fabricação rudimentares, ao ser produzido em olarias dispersas pelo território, vinculadas a corpos d’água e zonas de extração da argila, e deslocado para os respectivos canteiros de obra. A destruição da “cidade de taipa” e a construção da “cidade de tijolo”, nessa renovação urbana da cidade, culminou na substituição do seu traçado colonial pelo “embelezamento e melhoramentos urbanos”. Na *demolição*, realiza-se o apagamento do trabalhador colonial que a produziu, o nacional despossuído. Na *reconstrução*, ilumina-se o imigrante europeu, como o “artista italiano”. Constitui um movimento de *branqueamento* das relações de trabalho e, também, da cidade. Uma metamorfose que reorganiza essas relações e o próprio espaço, ao redefinir papéis e localizações urbanas da estrutura social, o “cada um em seu lugar” (Rolnik, 1981). Esta divisão pode ser representada pela relação que se estabelece entre três formas predominantes de morar na cidade: o *palacete*, da emergente burguesia cafeeira-industrial; a *vila operária*, da massa proletária em formação; e o *cortiço*, o assentamento do trabalhador nacional despossuído.

O *palacete* é construído através da *encomenda* do proprietário do terreno ao empreiteiro ou construtor¹. Esta relação se valia do prestígio criado pela elite paulistana para o trabalhador imigrante, notadamente o italiano, como meio de valorizar a casa urbana e um modo de viver identificado ao projeto “civilizador” da burguesia paulista. O prestígio “civilizatório e cultural” do europeu (Pereira, 2004; Angatu, 2017) permitiu, ao longo deste período, relações salariais mais vantajosas a esses construtores, em detrimento das relações salariais do nacional, considerado “bárbaro e indolente” – sem ânimo, sem alma, animalizado, portanto, passível de escravização, de “maquinização” do corpo – relegado a tarefas mal pagas e indesejadas. O palacete se estabelece no desenvolvimento da urbanização, no mercado de terrenos e no correlato encarecimento do custo da construção, realizando a monopolização do espaço e o “entesouramento” de parte do valor socialmente produzido em propriedades territoriais, apontando para a emergência de uma dinâmica *imobiliária* da industrialização e urbanização.

A *vila operária* vai surgir na emergência da proletarização das relações de trabalho, como condição de subordinação do trabalhador assalariado à nascente indústria fabril: a exploração da força de trabalho (pelos salários) combina-se à espoliação do cidadão em sua reprodução (aluguel e custo de vida). Habitar a vila – seja a desenvolvida pelo mercado rentista destinada ao aluguel; seja a vinculada à fábrica, cujo custo era diretamente retirado dos salários dos trabalhadores (Rolnik, 1981; Bonduki, 1998) – incidia, a um só tempo, na constituição da moralidade dos trabalhadores submetidos à norma patriarcal e proprietária (branca, masculina e heterossexual), bem como dava corpo à estrita produção do espaço destinada ao aluguel e ao rentismo. Uma *produção para mercado*, ainda que subordinada à indústria fabril. Neste movimento, o salário da família do trabalhador (homens, mulheres e crianças: operários), decorrente da exploração de sua força de trabalho, na *produção*, se converte em aluguel e renda para o proprietário imobiliário, na *reprodução*.

O trabalhador que não é submetido a essas relações de trabalho, é “marginalizado” (Kowarick, 1977) no processo social, com a intensificação de sua exploração e espoliação. Condição para que a relação hierárquica entre capital, trabalho e terra se *estabilize*. O nacional despossuído, negros, indígenas, caipiras, em suma, o “povo” indiferenciado na diferenciação da “raça” (racialização do trabalhador e do morador), vai se assentar na cidade primordialmente através dos *cortiços*: um conjunto de moradias alugadas, cujos cômodos e infraestruturas são compartilhados entre diversas famílias e suas composições. Constitui uma forma de viver considerada desviante da norma patriarcal e burguesa emergente: sujeitos estigmatizados como insubordinados, indolentes, imorais: perigosos à nova ordem social emergente.

A sociedade tem nesses cortiços um perigoso elemento de transformação das *energias produtoras em fatores negativos*, assillados pelo álcool e pelo mesmo vício ingressados entre desordeiros e criminosos. E mais que isso, o cortiço vae atacando a *fonte primordial de nossas energias* pois vai acressiando e definhando com seus lobregos porões as gerações novas de despontam *donde sahirão maus operários* e maus elementos, e consequentemente revoltados e indolentes (grafia original de “Habitações coletivas em São Paulo”, *apud* Rolnik, 1981, p. 63, *grifos meus*).

O *cortiço* se caracteriza por uma construção de precária condição ambiental, que decorre dos reduzidos custos de manutenção, a intensificação da renda imobiliária, e dos baixos salários de seus inquilinos, que são absorvidos pelo aluguel. Deste modo, será nesses lugares que a intervenção sanitária se dará, para “higienizar a cidade”. Essa intervenção, por um lado, manifesta o poder da *razão e da ciência médica modernas* (Federici, 2017), que se impõe àquilo que é considerado atrasado, imoral e insalubre; e, por outro lado, promove a subordinação e o afastamento dos *contatos e contágios entre os corpos*, entre as frações de classe emergentes.

Esses trabalhadores espoliados em sua moradia, são aqueles que são explorados nos trabalhos indesejados, mal ou não pagos, mas necessários à nova ordem social emergente. Assim, constitui-se *estruturalmente* essa “marginalidade” (Gonzales, 2020), que é atravessada pela diferenciação e hierarquização de “raça”. “Marginalidade”, também, necessária à reprodução social, na medida em que sua constituição de “puro dispêndio de energia de trabalho”, substitui aquilo que seria seu equivalente técnico, de equipamentos, serviços e infraestruturas coletivos, necessários à expansão urbana e industrial. Aqui, as dimensões concretas do corpo entram em conflito com as dimensões mais abstratas da classe social.

A definição dos corpos e das parcelas da população adequados para suportar esse processo de desenvolvimento capitalista no momento de industrialização nascente irá determinar, no Brasil, os estoques raciais adequados para essa tarefa. As predisposições raciais definidas para cada grupo humano irão amparar essas escolhas. Os ajustamentos dos fenômenos da população se darão, de um lado, pela política migratória (...), e, de outro, pelo contrato racial, em que o embranquecimento é tanto um projeto estético e eugênico como uma estratégia de promoção dos grupos raciais considerados adequados para sustentar o processo de modernização econômica (Carneiro, 2023, p. 65).

Essa metamorfose irá promover a *renovação urbana* em determinadas áreas da região central de São Paulo (sul da Sé, Várzea do Carmo, Anhangabaú). Tem como motivação sanear espaços considerados doentes, “fontes de epidemias e desordem social”, identificados com o “atraso colonial”, substituídos pela paisagem moderna, *européia e branca*, com a produção de novas propriedades (imobiliária e urbana). Esses espaços “renovados” são justamente aqueles onde o trabalhador nacional despossuído se assentava ou realizava as tarefas necessárias à vida cotidiana – para si e para os *outros*: trabalhos e serviços considerados indignos, “serviços de negros, indígenas e caipiras”, tal como as lavadeiras da várzea que, com o seu trabalho no rio, realizavam o asseio indireto das casas burguesas. Também, os trabalhos de abastecimento, como as quitadeiras e comerciantes dos mercados caipiras ou de rua, o abastecimento realizado por carros de boi e carroceiros, na circulação de mercadorias pela cidade. Assim como a coleta de entulho e de lixo, os resíduos dessa urbanização, que constitui, de forma rudimentar – e à custa do extensivo uso de força de trabalho – a infraestrutura urbana. Deste modo, a subordinação do trabalho racializado constitui as bases da emergente urbanização e industrialização, além do florescimento da proletarização da força de trabalho, como condição de sua subordinação e rebaixamento das relações salariais. Uma força estruturalmente marginalizada e desvalorizada.

A tentativa de reurbanizar São Paulo, buscando a europeização do meio urbano, a alteração na composição étnica de sua população, a constituição de um mercado de trabalho subordinado aos interesses das camadas mais abastadas e a especialização dos espaços, leva a entender a cidade não como algo harmonioso, em que ocorreu a vitória de um projeto urbano que era ao mesmo tempo social e cultural, mas como um palco de interações e de constantes lutas entre a ordem desejada e a experiência vivenciada no uso diário dos espaços (Angatu, 2017, p.118).

A PERIFERIZAÇÃO, SÉCULO XX

O período de meados do século XX é marcado, na cidade de São Paulo, por outra grande transformação urbana, sintetizada na substituição da “cidade do tijolo” pela “cidade do concreto” (Pereira, 1988, 2004). O “tijolo”, como visto, representou a ascensão do projeto de *europeização* e *embranquecimento* da cidade, realizado a partir da renovação urbana e da valorização simbólica do trabalhador estrangeiro, reconhecido como agente representante de uma cultura e civilização europeia. Esse reconhecimento lhe permitiu, por um período, relações salariais mais vantajosas, se comparadas ao nacional despossuído. Contudo, no desenvolvimento da industrialização e urbanização de São Paulo, em meados do Século XX, é o “concreto” que passa a ser a técnica construtiva predominante, substituindo (e desvalorizando, social e economicamente) a cidade do “tijolo” e seu trabalho de construir (Pereira, 2004). Nesse sentido, o estrangeiro passa a ser reconhecido como “grevista”, “baderneiro”, perigoso à nova ordem social emergente, e o “concreto” se desenvolve no movimento de proletarização da força de trabalho, que rebaixa as relações salariais de todos os trabalhadores, ao equiparar ao “trabalhador nacional”:

quando se afirmou o desenvolvimento da construção, consolidando a subordinação do trabalho e da terra ao capital, [que] intensificaram a exploração e a espoliação buscando (re)incorporar crescentemente o trabalhador nacional na construção. Justificava-se, na incorporação do nacional, o aumento da exploração da força de trabalho e acobertava-se o processo de espoliação em curso no progresso industrial do construir a cidade (Pereira, 2004, p. 18).

A cidade do “concreto”, por sua vez, vai combinar dois movimentos diferentes. De um lado, a intensificação da verticalização nas áreas centrais da cidade, onde a escassez e o alto custo de terrenos justifica a *intensificação da construção no espaço*; e, de outro, a extensão da mancha urbana, onde a incorporação de terras mais baratas para a urbanização realiza a *extensão do espaço na construção*, do movimento que será denominado como “periferização” (Oliveira, 2003; Camargo, 1976; Kowarick, 1993). Ambas desenvolvem o setor da indústria da construção e o mercado de terrenos, incorporando ainda mais valor ao espaço, intensificando a renda da terra no centro e na periferia, de modos invertidos (Pereira, 1988).

A primeira, a partir do alto custo do terreno, constitui uma *renda absoluta* que impulsiona a produção de maior quantidade de unidades imobiliárias na mesma propriedade. Isso se dá na medida em que o custo desta propriedade original possa ser dividido em um número maior de produtos imobiliários. A segunda, a partir do baixo custo do terreno, irá permitir a extensão da produção do próprio espaço, formando a renda fundiária, cujas vantagens de localização permitirão a extração de *rendas diferenciais*, extraídas de um maior número de produtos

imobiliários realizados a relativos baixos custos, na urbanização. Tanto a *intensificação* da *construção* quanto sua *extensão* permitem que uma maior parcela da riqueza social se incorpore ao espaço. Uma riqueza que é representada por títulos e formas de propriedade produzidas historicamente, cuja renda deve ser reproduzida na construção e na urbanização: custos de produção que não são forças efetivamente produtivas.

Esta divisão vai se apresentar na produção de uma nova paisagem urbana, em outras formas predominantes de produzir a habitação: a metamorfose dos "palacetes" na *verticalização* das áreas centrais, "formais e regulares", já providas de equipamentos, infraestruturas e serviços coletivos; a metamorfose das "vilas operárias" nos *conjuntos habitacionais*, com a produção estatal, massiva e repetitiva, de moradias, equipamentos, infraestrutura e serviços coletivos "mínimos"; e na metamorfose dos "cortiços" na *periferização*, na urbanização extensiva da metrópole que combina a produção do espaço à provisão doméstica (autoconstrução) de moradias, equipamentos, infraestruturas e serviços coletivos nos loteamentos e favelas da periferia, da forma predominante do habitar proletário. Uma combinação de elementos desiguais na paisagem urbana, que decorre das formas dominantes do desenvolvimento urbano e industrial.

A *verticalização* se dá predominantemente por meio da *produção para mercado* (Jaramillo, 1982), em localizações urbanas já providas de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos. Condição esta que corrobora com o dinamismo do mercado de terrenos e de incorporação imobiliária, que se apropriam de e reproduzem essas vantagens. Essas localizações, por sua vez, são aquelas que concentram as "classes médias", um recorte social predominantemente *branco* e *proprietário*. Beneficiário maior das políticas públicas de incidência sobre o espaço: desde as formas de financiamento de acesso à moradia, como o Sistema Financeiro de Habitação do Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH), cujo montante de recursos origina-se compulsoriamente das relações salariais do trabalhador (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS) (Bolaffi, 1977, 1979); às respostas privilegiadas a reivindicações por melhorias urbanas públicas, que concentram a produção social do valor no espaço, centralizando renda em uma fração da sociedade (Oliveira, 1982).

O *conjunto habitacional* é uma *produção estatal* que articula diversos agentes em um processo produtivo (Petrella, 2011, 2012). Uma estrutura organizada para permitir o acesso do maior número de trabalhadores à casa própria. Meio de realização do financiamento, através de seu endividamento, e da construção. O *conjunto* busca a redução do custo unitário das moradias pela racionalização da produção, no aumento da produtividade da indústria da construção civil e na amortização de investimentos privados de longa duração. Possibilidades asseguradas pelo Estado e suas políticas. Identifica, portanto, o "combate ao déficit habitacional" à acumulação capitalista privada, centralizada na *produção imobiliária*. Para tanto, é necessária a constituição de um "estoque de terras grandes e baratas", meio de se distribuir o custo do terreno em um maior número de unidades produzidas. Assim, os *conjuntos* são localizados em áreas distantes da região central da cidade, transformando a preexistência socioespacial

(natureza, agricultura, loteamento periférico). Resulta de uma política social e econômica que se funda *sobre o trabalhador*: fonte dos recursos financeiros (FGTS), fonte da exploração da força de trabalho no canteiro de obras e demanda de realização de valor.

A *periferização* é um movimento de produção de moradias, equipamentos, infraestruturas e serviços coletivos, que são realizados pelo obstinado trabalho do próprio conjunto de trabalhadores. Trabalhos realizados no tempo de não-trabalho, não mediados por relações salariais, conhecidamente denominados como autoconstrução, ou *produção doméstica*: um conjunto de trabalhos produtivos (*da casa e da cidade*) que se associam a trabalhos reprodutivos (*na casa e na cidade*). Apesar de serem (predominantemente) trabalhos não remunerados, são *necessários* à reprodução social dos trabalhadores e das relações capitalistas: “no modo de produção capitalista, a reprodução social, com ou sem remuneração, refere-se à totalidade das atividades necessárias para criar, manter e restaurar a força de trabalho mercantilizada” (Bhattacharya, 2023, p. 74).

Isso aparece nos estudos urbanos como expansão das relações de exploração da força de trabalho industrial para a reprodução social, no espaço e no cotidiano. Momento da intensificação da pobreza, a espoliação urbana, o “conjunto de extorsões” (Kowarick, 1993) caracterizadas pela ausência das políticas sociais e provisões de infraestruturas estatais; e do rebaixamento geral dos salários (na medida em que essa reprodução se realiza sem salários), ocasionando uma alta exploração da força de trabalho industrial, acompanhada de baixo desenvolvimento tecnológico (Oliveira, 2003). Isso vai produzir uma experiência de luta política particular, da organização popular em torno de associações de bairro, para reivindicação de direitos junto ao Estado (Sader, 1988). Essas lutas são realizadas predominantemente pelas mulheres moradoras dessas periferias. Adicionando às relações estruturalmente *racializadas* do trabalho produtivo, relações *generificadas* do reprodutivo. Desse modo, clubes de mães, movimento contra carestia, movimento de saúde (origem do SUS), de creches, de moradia, são exemplos onde a combinação racializada e generificada do trabalho reprodutivo (combinado ao produtivo), caracterizam essa *periferização*. É nessa extensão da jornada de trabalho feminino que se forjam as condições da urbanização e industrialização desses anos.

A crescente dependência das famílias em relação aos salários deu maior poder social aos homens, que passaram a acreditar que eram os principais provedores. (...) Desse modo, como o trabalho dos homens os levava cada vez mais para fora de casa, seu valor como assalariados era legitimado pela desvalorização cultural e ideológica do trabalho doméstico das mulheres (Bhattacharya, 2023, p. 80).

Assim pode-se formular a complementariedade entre *verticalização*, *conjunto habitacional* e *periferização*. A concentração seletiva de recursos político e econômicos na *verticalização*, intensifica o encarecimento das condições gerais de vida nestas regiões, que se desdobra na ocupação extensiva da produção de *conjuntos habitacionais* e na *periferização*. São momentos do desenvolvimento urbano e industrial onde se opera a expulsão dos custos relativos à

moradia do interior da produção industrial, de seus “custos privados”. Essa expulsão elimina a *vila operária* diretamente ligada a uma fábrica e, portanto, a habitação social passa a ser “resolvida” predominantemente através dos “custos sociais”, via *produção estatal* (o conjunto) ou *produção doméstica* (periferização). Constituindo-se a “lógica da desordem” (Kowarick, 1993). Sendo que o *conjunto*, dinamiza a estrutura de financiamento e de construção, a partir das próprias relações de trabalho industrial, para si e para a *verticalização*. No *conjunto*, o conjunto de trabalhadores deve se disciplinar e se subordinar a fim de permanecer nesses espaços. Na *periferização*, a permanência na cidade depende da intensificação da dilapidação do trabalho e do ambiente, uma condição de “marginalidade” que devolve à urbanização e industrialização seus meios de realização.

Neste sentido, aqui se faz necessário um parêntesis. Lúcio Kowarick (1977) critica a noção de “marginalidade” como um setor autônomo das relações de produção e reprodução social, consideradas como “centrais” no capitalismo. Argumenta que a *inclusão perversa* dessa marginalidade constitui forma de rebaixar as relações salariais e promover a subordinação do trabalho. Por outro lado, Lélia Gonzales (2020) afirma que as dimensões raciais e de gênero reproduzem um rebaixamento estrutural dessas relações de produção e reprodução, constituindo, na experiência social, uma marginalidade *de fato*.

De acordo com a lógica interna determinada de sua expansão, constata-se que, em sua fase monopolista, o capitalismo industrial obstrui o crescimento equilibrado das forças produtivas nas regiões subdesenvolvidas. A problemática do desenvolvimento desigual e combinado nos remete a fatores que, funcionando como limites internos e externos, acabam por emperrar a dinâmica do sistema. A formação de uma *massa marginal*, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a manutenção de formas produtivas anteriores, de outro, vão constituir os fatores acima citados [“superpopulação relativa”, exército industrial de reserva”, “massa marginal”] (Gonzalez, 2020, p. 25, *grifos meus*).

Portanto, ao lado da inclusão perversa, da *classe social*, se reproduz o rebaixamento estrutural, marginal, nas formas de opressão *de corpo*, assim “... o gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, ‘coincidentalmente’, pertencem exatamente às mulheres e à população negra” (Gonzalez, 2020, p. 27). Condição que repõe, na urbanização e na industrialização, isto é, na proletarianização das relações de trabalho, as desigualdades decorrentes da produção da diferença e da hierarquia de corpo.

Um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos. Em outras palavras, a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido, nas regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa (Gonzalez, 2020, p. 35).

A GENERALIZAÇÃO DA RENOVAÇÃO URBANA, SÉCULO XXI

As duas primeiras décadas deste século começam a apresentar, na cidade de São Paulo, outra grande transformação urbana, sintetizada, não na substituição da “cidade de concreto”, mas na sua *subordinação* a uma “cidade de papel”. O “papel” aqui faz referência à centralidade das finanças na estruturação da produção do espaço, como os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) que reorganizam parte significativa dessa produção. Esses fundos se dividem em tipo “tijolo”, que investem seu patrimônio *diretamente em imóveis* de um mesmo segmento, para locação, tais como lajes corporativas, shoppings, galpão logístico; e fundos tipos “papel”, que investem em títulos que *representam direitos de créditos imobiliários*, tais como Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), e Letras Hipotecárias (LH). Tratam-se de títulos de propriedade que representam espaço e valor, cuja forma predominante de remuneração se desloca da *produção imediata* desses entes representados para a capitalização das rendas que deles decorrem.

Ainda que haja a extensão e intensificação da produção imobiliária e urbana, que acentua a diferenciação da metrópole, a disputa pelo espaço e o conflito social, essa produção material se reestrutura em função da emergência dessas novas formas de propriedade (Petrella, 2024a), tanto imobiliárias quanto financeiras, que se aproximam e se combinam. Elas apontam, desse modo, para o desvio do capital estritamente produtivo para o capital *improdutivo*, como capital fictício (Marx, 1985-1986; Chesnais, 2005) na reprodução e acumulação capitalista. Uma particularidade da atualidade que pode ser observada nos estudos da financeirização da produção do espaço e da emergência do neoliberalismo (Petrella, 2024b).

Contudo, dizer que a forma predominante da reprodução e acumulação capitalista se dá por meio da remuneração do *capital fictício* e da *propriedade imobiliária e financeira*, implica em dizer que o que dá corpo material a essa acumulação é a intensificação da expropriação da riqueza socialmente produzida, que se privatiza. Isto é, para a “cidade de papel” ter realidade é necessário que se intensifique a expropriação do trabalho *produtivo, reprodutivo e improdutivo* realizados alhures e que se distribuem de modo desigual e combinado ao longo da metrópole de São Paulo. Soma-se a isso o fato dessa desigualdade ser atravessada por dimensões de raça, gênero e sexualidade: formas de opressão interseccional que são repostas e intensificadas nas relações de exploração da força de trabalho, de espoliação do cidadão e de extração da natureza.

A “cidade de papel”, portanto, subordina a “cidade de concreto (e de tijolo)”, registros de outras temporalidades da metrópole. Ela vai se apresentar, não mais estritamente vinculada aos modos como a produção da habitação se realiza, mas na combinação dessa produção com a dos demais equipamentos, infraestruturas e serviços coletivos, ou seja, na produção de uma nova *paisagem urbana*, que reestrutura, de modo desigual e combinado, a própria urbanização. Constitui-se um movimento de *generalização da renovação urbana* (Petrella, 2023), que pode ser representado pela relação que se estabelece entre três formas, desiguais e combinadas, dessa reestruturação: a *paisagem dos grandes grupos econômicos*, aquela dos

gestores de fundos imobiliários e financeiros; a *condominialização da cidade*, da extensão da subordinação de espaços dos trabalhadores à extração neoliberal e financeira; e da *comunilitarização da cidade*, a intensificação da precarização socioambiental paralela a regimes privados de controle do território.

A primeira, a *paisagem dos grandes grupos econômicos* é a reestruturação imobiliária e urbana que decorre da *centralização de capitais* de empresas construtoras, incorporadoras, de agentes financeiros; e de sua *concentração espacial* em determinadas regiões da metrópole (Lencioni, 2014). Essas localizações se redefinem, por exemplo, a partir dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (Rufino et.al., 2023), suas vantagens produtivas e locacionais; da mobilização de “vocações urbanas” específicas (Petrella, 2021b), como a região em torno do Rio Pinheiros e a “sustentabilidade” dos novos empreendimentos (Ferrara, et.al, 2023); a excepcionalidade da monopolização das vantagens produtivas em torno de operações urbanas consorciadas (OUC) e dos Planos de Intervenção Urbana (PIU) (D’Almeida, 2019).

Uma intensificação da produção do espaço que se utiliza de (e produz as) condições político-econômicas de realização de *preços de monopólio* (Marx, 1985-1986; Harvey, 2005), isto é, produtos que assumem preços superiores aos valores de produção, acima da média social dos produtos equivalentes e, mesmo assim, são comercializados (aluguel e venda) por satisfazerem necessidades e desejos (“do espírito ou da barriga”, como diria Marx, 1985-1986) também excepcionais. Isso promove o encarecimento em geral do *produto imobiliário* e das condições de reprodução da *vida urbana* (aluguel, taxas, serviços). Encarecimento que deve ser “compensado” por formas de expropriação que se realizam alhures. Combinam, portanto, a expulsão de moradores e “usadores” (Lefebvre, 1999a), por meio da *gentrification* e o *rent gap* (Smith, 2007, 2015), a processos de remoção, desapropriação, demolições.

A segunda e a terceira, a *condominialização da cidade* e a *comunilitarização da cidade*, são os outros dois processos sociais de produção do espaço, que se distinguem, mas se relacionam na totalidade da metrópole. Contudo, para fazer uso desses neologismos, é necessário um recuo explicativo. Em trabalhos anteriores, analisou-se um movimento de transformação da *forma conjunto habitacional* (Petrella, 2011, 2012): uma forma de produção da habitação social associada à provisão de equipamentos, serviços e infraestruturas coletivos; realizados em grandes glebas urbanas, resultantes da combinação da indústria da construção civil, das condições de reprodução da força de trabalho e de concepções modernas da arquitetura e do urbanismo.

Suas primeiras experiências, localizadas nas franjas da urbanização de sua época, buscavam prover a “totalidade” dos equipamentos, serviços e infraestruturas coletivos complementares à moradia. Meio de assegurar melhores condições da sociabilidade que deveria se constituir nesses novos territórios. O *urbano* nessa situação passa a ser esquadrihado à luz das *funções* e *sistemas* do conjunto, análogos à fábrica, à linha de montagem. Contudo, ao longo do tempo, as dimensões dos conjuntos habitacionais vão sendo reduzidas, o pé-direito, as áreas, assim como o número de unidades, o afastamento entre edifícios. Paralelamente, os equipamentos,

serviços e infraestruturas complementares à moradia, suprimidos, cada vez mais relegados à própria cidade, que incorporaria essa função e esse sistema.

Assim, se realiza um duplo movimento simultâneo: uma “conjuntificação da cidade” (Petrella 2012, 2023), ao assumir as funções e sistemas do conjunto, e uma “cidadização do conjunto”, com a dissolução de suas fronteiras, exteriores, ao se integrar à urbanização, e, interiores, ao cercar as unidades habitacionais, transformando-se em *condomínios fechados* (Petrella, 2020). A emergência do *condomínio* nessa “cidadização” se dá na medida em que a própria cidade, estruturada como um conjunto funcional e sistêmico, ao molde “industrial”, repõe (ou reporria) as necessidades cotidianas, antes pressupostas nas ausências urbanas dos conjuntos habitacionais. Porém, na atualidade, a crescente centralidade das formas de privatização da riqueza social (dentre elas, a da própria cidade), se presencia um outro movimento possível, aqui também representado por um neologismo: a “condomínialização da cidade” (Petrella, 2021a, 2021b, 2021c; Milano; Petrella, 2021). Trata-se de uma projeção para o espaço urbano, público, da sociedade civil, das relações de produção, reprodução e de gestão típicas de condomínios privados. Uma projeção que se realiza por meio de uma forma de “propriedade desabsolutizada” (Petrella, 2022), que acentuando a possibilidade de renda e de conflitos sociais.

A renovação urbana da área central de São Paulo (Petrella, 2023), por exemplo, se estrutura a partir de parcerias público privada organizadas por contrato e consórcio entre secretarias de Estado, agentes privados ligados à construção, à incorporação imobiliária e de financiamento. Trata-se de uma renovação que se apropria de políticas públicas sociais, tais como Habitação de Interesse Social e de Mercado Popular (HIS, HMP), equipamentos e serviços coletivos, gestão de carteira condominial, e as transforma em negócios imobiliário-financeiros nessas parcerias. Esse “conjunto de empreendimentos” (moradia, comércio, espaços livres, serviços, gestão condominial), ainda que seja produzido no *espaço urbano* e como “política social”, permanece sob domínio desses agentes do consórcio, durante o período da parceria.

Outra face da *condomínialização da cidade* é a emergência de processos de regularização fundiária empreendidos por agentes privados (Milano; Petrella; Pulhez, 2021) em relação ao grupo de moradores. Essa *regularização* opera o parcelamento do solo e a titulação subsequente das unidades imobiliárias. Nisso se produz um “conjunto de títulos jurídicos de propriedade”, que retorna ao domínio do proprietário do terreno em disputa, podendo circular no mercado (de terras e edifícios) aos pedaços. Uma regularização que se realiza sem reurbanização. Nesses dois casos, a experiência vivida no cotidiano, no espaço público e coletivo, passa a se assemelhar àquelas ocorridas no interior das fronteiras de um condomínio privado, isto é, submetido a formas de gestão e administração público-privada dos conflitos, que organiza os serviços, os eventuais negócios. Esses espaços “condomínializados” são aqueles onde se assenta a classe trabalhadora, cuja intensificação

das relações de espoliação, via aumento de taxas e de serviços, de endividamento, de relações de gestão, vêm a se somar com a precarização das relações de trabalho e emprego.

Por outro lado, a *comunilitarização da cidade*, esse estranho neologismo que aglomera, em uma só palavra, o *comunitário* e o *militarismo*, representa a emergência de um regime privado de controle do território, para além da “globalidade” Estado-mercado. Visa nomear uma práxis socioespacial que – como um objeto virtual (Lefebvre, 1999a) – emerge imediata e praticamente nos interstícios da cidade existente, seja ela central ou periférica. Bem como nos interstícios das formas de pensamento, majoritariamente assentadas sobre a centralidade Estado e mercado. Além de acentuar o papel da produção de propriedades, imobiliárias e urbanas, através das negociações e dos conflitos entre os agentes desses territórios. O regime privado de controle do território assenta-se sobre negociações e expropriações *locais*, mas que são apropriadas ou instrumentalizadas ao nível mais geral da reestruturação imobiliária e urbana.

São territórios onde o conjunto social é composto predominantemente por aqueles sujeitos mais precarizados nas relações de trabalho, cuja precarização se intensifica na medida em que são atravessados pelas dimensões interseccionais, de raça, gênero e sexualidade. O *improdutivo* aqui, portanto, assume uma dupla condição. De um lado, como manifestação da centralidade rentista e financeira da produção do espaço, da acumulação e reprodução capitalista. *Improdutivo*, pois assentado sobre a expropriação da riqueza social já produzida ou pela captura da riqueza de produção futura, pelo endividamento. Mas, por outro lado, como manifestação da “sexualidade”, que não se resume nem se reduz a relações de produção e reprodução, isto é, que ilumina o *improdutivo* como dispêndio de energias vitais não estritamente funcionais à produção e reprodução *capitalistas*: necessidades, desejos e formas de fruição que negam, ou escapam, da forma-mercadoria. Esta noção desdobra-se da histórica diferenciação e hierarquização da sexualidade e a “sublimação” do desejo na “improdução”, para a subordinado às relações capitalistas de produção e reprodução.

O dogma da procriação como único fim verdadeiro da sexualidade surgiu historicamente como coroamento ideológico da efetiva redução de Eros à heterossexualidade monogâmica e, ao mesmo tempo, como justificativa para a condenação emitida pelas sociedades contra todas as outras tendências libidinais, de modo que elas foram sublimadas na esfera econômica. Era preciso deixar claro que a sexualidade tinha como objetivo a *reprodução*, para ocultar o propósito autêntico da repressão sexual: a exploração de mulheres e homens na produção (Miele, 2023, p. 70).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FOGO DA PURIFICAÇÃO

Mai de 2017. O bairro de Campos Elísios amanhece tomado por uma operação de guerra, com helicópteros, presença ostensiva de tropas policiais e equipes da prefeitura de São Paulo encarregadas de lacrar e demolir imóveis e internar dependentes químicos. A cena mais emblemática – e trágica – deste dia foi a derrubada de uma parede de uma das inúmeras pensões da região sobre pessoas que ainda dormiam no interior do prédio. Três delas ficaram

feridas. Na coletiva de imprensa que sucedeu a operação, três dias depois da operação de guerra, o então prefeito da capital declara que a “Cracolândia” acabou e anuncia uma parceria público privada que construirá habitações na região, ocupando este “vazio” da cidade (Rolnik, em Petrella, 2023).

Esta cena lança luz no recorrente conflito socioespacial da região central da cidade de São Paulo, notadamente os bairros, hoje de ocupação popular, Campos Elíseos, Luz e Santa Ifigênia (este, por sinal, nome de uma santa de origem africana, protetora das moradias contra o incêndio). Conflito que nos mostra como a construção de um corpo abjeto (Rui, 2014) é instrumentalizada na disputa pelo espaço, na luta que se estabelece pelo reconhecimento (Honneth, 2003), na diferença e na desigualdade entre agentes e sujeitos. O fogo, alegoria e realidade em torno da qual se fabulam futuros, é, também, instrumento de purificação, de aniquilamento da diferença: “o fogo nos faz viver, mas ele também poderia consumir tudo, inclusive a nós. (...) Ele atravessa os corpos, sem ele não existe vida aqui, e, no entanto, ele também é a morte” (Martin, 2023, p. 226). Esta diferenciação, esse “lançar luz sobre o mundo e, portanto, de torna-lo passível de ser conhecido à distância, de longe” (Idem, ibidem, p. 109), visa domesticar aquilo que insiste em existir fora da submissão à norma (que se constitui, portanto, simultaneamente à definição do “outro”, do exterior, daquilo que a põe em perigo e a legitima). A luz lançada sobre o conflito revela as diferenciações e delas nascem hierarquias. Portanto, “o fogo muda a natureza de sua presa (p.227)”, a subordina, mas, sendo o fogo um instrumento, também revela seu limite: “que ele não devore tudo, que ele se contenha; que não perca o controle de si mesmo” (p. 225).

A purificação manejada como alegoria é, contudo, prática, pois trata-se de um expediente largamente experimentado, tal como os “incêndios espontâneos” que ocorrem em cortiços, ocupações e favelas localizados ao longo de espaços-objeto da reestruturação imobiliária e urbana em São Paulo. Aqui, o fogo antecede a produção de propriedades (Petrella, 2024b). A “purificação” é a construção de uma determinada moralidade “do corpo e da alma”, para a emergência de um “espírito universal e abstrato” submetido a um trabalho produtivo, reprodutivo, improdutivo, historicamente determinados. Trata-se de uma totalização que confronta o insistente encantamento e incorporação da singularidade da sexualidade, do gênero e da raça.

Para Miele (2023) o fogo opera no movimento de diferenciação da sexualidade, representado alegoricamente nas figuras de Sodoma e Gomorra. A purificação produz a norma e aquilo que lhe é exterior, aquilo que “ameaça os homens que mantêm relações carnavais uns com os outros «como se fosse com uma mulher» com a pena de morte, a fim de evitar que o povo eleito tenha costumes semelhantes aos povos que o rodeiam” (Miele, 2023, p. 93). A fim de evitar, portanto, o contato com o “outro” (através da punição da homossexualidade e do risco de cair “como se fosse uma mulher”), com àquele, na cosmovisão judaico-cristã-monoteísta, que encarna a ameaça da “coexistência e fusão, em solo da Palestina” (Idem, ibidem, p. 94).

O “outro” emerge como aquele agente que desestabiliza a norma. Neste risco, nesta ameaça, promove uma reação violenta (Rolnik, 2018): neste caso, do “sagrado” em oposição aos “pagãos”, seres abomináveis e suas práticas obscenas. A interdição do contato com o corpo, a ser purificado pelo fogo e restituído apenas como alma, produz uma espécie de “servidão voluntária” (Boétie, 2017) do sujeito à norma, por meio da culpa e, na diferenciação da sexualidade, através da *sublimação do desejo* – cuja “obscenidade”, aos olhos vidrados da norma, pode ser lida como um “trabalho improdutivo”, um dispêndio inútil de energia vital – que deve ser convertido em trabalho útil, produtivo, reprodutivo. O tabu anti-homossexual, portanto, serve para domesticar corpos, torna-los submissos a trabalhos alheios: ele “separa e mantém as pessoas à distância” (Miele, 2023, p. 97).

Para Federici o fogo busca instaurar a diferença do gênero, através da produção do “conflito entre a razão e as paixões do corpo” (Federici, 2017, p.241). Nessa separação, estabelece-se, de um lado, as “forças da razão”, compreendidas como “a parcimônia, a prudência, o senso de responsabilidade, o autocontrole”, lidos como manifestação do “civilizado” e, de outro lado, “os ‘baixos instintos do corpo’: a lasciva, o ócio, a *dissipação sistemática das energias vitais que cada um possui*” (p. 241, *grifos meus*): os “bárbaros”, os “selvagens”. O corpo rebaixado, à animalidade, desalmado e endemoniado, portanto, destituído de razão e de “humanidade”, é punido; enquanto a alma purificada, separada, subordina-se ao “espírito do capitalismo”, que submete o trabalho reprodutivo – produtor de “força de trabalho” – ao trabalho produtivo historicamente determinado, dando-lhe as condições de florescimento. As mulheres, assim, encarnam em si o desvio da norma patriarcal-masculina (e heterossexual), da razão e do trabalho produtivo.

A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças, sujeitos sociais cuja existência era *incompatível com a disciplina do trabalho capitalista*, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social (Federici, 2017, p. 294, *grifos meus*).

A diferenciação do gênero singulariza o processo histórico da acumulação primitiva (Marx, 1985-1986, 2017) e constitui a abjeção, identificada à “bruxa”, representante das paixões (ser paciente, estar doente) e da barbárie, como corpo que viola o tempo de trabalho e a propriedade privada capitalistas, subordinando-a à ortodoxia sexual e sua definição “precisa” de cada um dos papéis de gênero (Federici, 2017). Neste movimento, *matrimônio* e *patrimônio* se aproximam, se hierarquizam (Engels, 2019) na divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, entre aquilo que tem valor, aquilo que tem pouco valor e aquilo que não tem valor.

Para Davis o fogo visa interditar a insubordinação dos sujeitos que estão submetidos a papéis que lhes foram conferidos desde fora, de longe.

[Ele] foi tirado de seus captores em uma manhã silenciosa de domingo e queimado até a morte com uma crueldade indescritível e diabólica na presença de milhares de pessoas que comemoravam, pessoas essas consideradas as mais virtuosas da Geórgia – homens, mulheres e crianças que saíram de casa no dia do Senhor dos cristãos para ver um ser humano ser

queimado como se estivessem indo a um festival popular e a um passeio de inocente diversão e entretenimento” (Herbert Aptheker apud Davis, 2016, p. 126).

A violação do corpo, pelo fogo, busca controlar a força de resistência à subordinação. Uma construção violenta que produz e reproduz um trabalho estruturalmente rebaixado, desvalorizado e constituído por atividades consideradas indignas, sem valor. Trabalhos produtivos que são realizados através do uso extensivo da força física, como “puro dispêndio de energia”, reconhecido como “bestializado” – em detrimento do “intelectual”, da razão e da parcimônia. Contudo, apesar de ser reconhecido-construído como um trabalho desumanizado, animalizado, é necessário ao desenvolvimento das relações de produção e reprodução. Relações desiguais e combinadas. O fogo, que visa conter a insubordinação, metamorfoseia-se historicamente em linchamento e estupro, formas correlatas de violação e punição do corpo que se apresenta como insurgente. “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do *domínio econômico do proprietário* e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (p. 20, *grifos meus*). O fogo “(...) era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era *aniquilar o desejo das escravas de resistir* e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (p.36, *grifos meus*); “(...) uma arma política clara no esforço para inviabilizar o movimento pela igualdade negra” (p. 180). O “corpo violável” da mulher negra é redesenhado pelo mito do “corpo perigoso do homem negro”, do “corpo violador”, do mito do “negro estuprador” (Fanon, 2020), que cria o medo e a ameaça, produzindo a justificativa e legitimação da reação violenta da norma violadora.

Nestes três momentos, da produção da diferença da sexualidade, do gênero e da raça, operam-se, alegórica e praticamente, a sujeição de determinados corpos a um poder hegemônico e normativo, cuja hierarquização, que decorre dessa diferenciação, estrutura relações desiguais de trabalhos, a serem classificados como *improdutivos, reprodutivos e produtivos*. A purificação do corpo, à ferro e fogo, produz uma força de trabalho, sua “alma”, subordinada ao espírito do capitalismo. Subordinação definida por três momentos alegóricos relacionados: a “besta-fera”, aquele que instaura a norma e dela se beneficia, ao mesmo tempo em que, através dela, instaura a culpa e o sacrifício da e na subordinação; o “bode-expiatório”, aquele que se sujeita à norma de submissão, reproduzindo-a, culpando-se e levando a culpa da domesticação do trabalho; e o “boi de piranha”, aquele que deve ser sacrificado para representar o papel de ameaça de rebaixamento, de animalização do trabalho humano, reiterando a norma heterossexual, masculina e branca.

Para o *bode*, situado entre a *besta* e o *boi*, a eventualidade de se rebaixar a boi constitui uma ameaça que lhe conduz a se entregar aos imperativos da besta. A hecatombe, o corpo sacrificável do boi, considerado “abjeto”, “abominável”, “anormal”, “mostro”, “impróprio”, etc., é construída-reconhecida como tal por meio de uma “operação de lucidez” (Saramago, 2004), uma operação arbitrária (e arbitrada) de construção do inimigo público (Appadurai, 2009; Todorov, 2012), de desumanização, de animalização, em suma, de *naturalização das diferenças do corpo*. Produz socialmente a desigualdade e a marginalidade, constituídas pelo estigma de

“sujeito perigoso e violador da lei e da norma”. Estigma, por sua vez, que reitera a estrutura desigual e hierárquica desta norma e que *depende desta “marginalidade” para existir:* “para viver em um mundo incerto” (Martin, 2023, p. 126) é necessário a existência de um agente desestabilizador, exterior, para que se *estabilize uma estrutura social de dominação* (idem).

Visto sob esse movimento, a *produção histórica das diferenças do corpo* antecede a *produção da classe social*. Deste modo, é a partir dessas diferenciações que se desenvolvem, de modo desigual e combinado, as condições de submissão do trabalho – concebido como condição de produção do humano na transformação da natureza – ao capital, que produz a força de trabalho especificamente capitalista, que reduz tanto as *potências humanas* quanto a própria *natureza*. Através desta constituição se realiza a modernização das relações de produção, que, no Brasil em particular, apresenta especificidades quanto ao seu aspecto conservador: a “reprodução das relações arcaicas no moderno”, a “reprodução capitalista de relações não capitalistas” (Martins, 1986). Trata-se de uma industrialização baseada na alta taxa de exploração da força de trabalho e no relativo baixo desenvolvimento tecnológico, que se realiza na extensão da urbanização precária (Oliveira, 2003; Kowarick, 1977, 1993). Ou seja, a classe social (universal e abstrata) se forma através da diferenciação e hierarquização do corpo (singular e concreto), ganhando realidade na produção do espaço. Portanto, a produção da “força de trabalho livre e assalariada”, subsumida formal e realmente ao capital (Marx, 1978), subsumida “especialmente” ao capital, é realizada por meio da hierarquização alegórica entre “besta-bode-boi”, isto é, entre a *propriedade* (do corpo-trabalho, da terra-espaço, do capital), os *corpos domesticados* e os *corpos indesejáveis*, que são destinados aos trabalhos mal pagos, rejeitados, não-pagos. As relações de produção (a “indústria”) ganham realidade através das relações de reprodução (reprodução social, reprodução das relações de produção, produção do espaço). A urbanização e industrialização produzindo o proletariado.

Deste modo, recuperamos a proposta de origem: a relação entre a produção do corpo (trabalho, natureza), a produção do espaço (terra, natureza) e a produção do valor (capital, propriedade). A partir da análise que se dá por meio de aproximações que iluminam a diferenciação dos corpos e sua hierarquização nos trabalhos necessários à produção do espaço e do valor (urbanização e industrialização): os trabalhos na casa (e na cidade), os trabalhos da casa (e da cidade). Trabalhos de construir e trabalhos necessários à reprodução social (equipamentos, serviços e infraestruturas). Aproximações realizadas por meio de três momentos históricos “sínteses”: a passagem do século XIX para o XX, na substituição do trabalho do nacional escravizado pelo trabalho do imigrante; em meados do século XX, na proletarização da força de trabalho e extensão da urbanização periférica; e, na atualidade, na precarização comunitária tanto do trabalho quanto do urbano. Sendo que cada um desses momentos se arrisca a “sintetizar” esses períodos amplos, a fim de iluminar a produção do corpo como momento necessário da luta de classes.

O imbricamento entre a *produção do valor*, a *produção do corpo* e a *produção do espaço* é um momento privilegiado e particular de análise da reprodução capitalista. Neste sentido, sua

contradição visa explicitar elementos para que se amplie a noção de “classe social”, não mais vista de maneira restrita a relações tipicamente operárias e especificamente fabris, da produção industrial estrita, mas que inclui os momentos de sua realização: a “totalidade da reprodução social” (Bhattacharya org., 2021), como “reprodução das relações de produção” (Lefebvre, 1999a), a “produção do espaço” (Lefebvre, 1974; Petrella, 2021). Esta “classe social ampliada” busca iluminar, como um objeto virtual, uma outra dimensão da luta anticapitalista, que passa, portanto, pelas singularidades do *corpo*, entendido como interseccionalidade e como trabalho, como classe social, e pelas particularidades do *espaço*, constituindo, por meio da experiência, do vivido, uma “classe socioespacial” (Petrella, 2022, 2023, 2024a). Ainda que esta classe não tenha consciência de si como classe, ela experimenta uma luta de classes (Thompson, 1979). Uma luta que emerge da e na resistência à expropriação, do projeto e cosmovisões do devir, que combinam a negação da produção do espaço, do valor e do corpo nas, suas dimensões produtivas, reprodutivas e improdutivas, à norma do capital.

REFERÊNCIAS

- ANGATU, Casé (Carlos José Ferreira dos Santos). **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume, 2017.
- APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- BOÉTIE, E. **Discurso da servidão** voluntária. São Paulo: Martin Claret, 2017.
- BOLAFFI, G. **A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- BOLAFFI, G. **Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema**. Em MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023.
- CAMARGO, C. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COLLINS, P. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- D'ALMEIDA, C. **A intervenção urbana privada dos projetos de interesse público: o papel dos PIUs na política urbana de São Paulo**. Beau-Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DAVIS, A. **Mulheres, raça, classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERRARA, L.; DATTWYLER, R.; LIMA, B. **Natureza e metabolismo urbano**: reestruturação do espaço no Brasil e no Chile. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- JARAMILLO, S. **Las formas de producción del espacio construido en Bogotá**. In: PRADILLA, Emilio (org.). Ensayos sobre el problema de la vivienda en México. Cidade do México: Latina UNAM, 1982, p. 149-212.
- KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KOWARICK, L. **A espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999a.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.
- LENCIONI, S. **Reestruturação imobiliária**: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário. Eure, Revista Latinoamericana de estudios urbano regionales, v. 40, p. 29-47, 2014
- MARTIN, N. **A leste dos sonhos**: respostas even às crises sistêmicas. São Paulo: Editora 34, 2023.
- MARX, K. **O Capital**: capítulo inédito. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política (3 volumes). São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986
- MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política – Grundrisse**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001.
- MIELI, M. **Por um comunismo transexual**: elementos de crítica homossexual. São Paulo: Boitempo, 2023.

MILANO, G; PETRELLA, G. **Propriedad, acumulación del capital y reproducción de la vida:** el conflicto como método em el análisis de la producción del espacio. In: Universidad de la República (UY); Universidad de Caen-Normandía (FR); Universidad de Angers (FR); Universidad Nacional Autónoma de México (MX) (Orgs.). Henri Lefebvre: encuentro internacional. Montevideo: Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, 2021. p. 375-392.

MILANO, G; PETRELLA, G; PULHEZ, M. **O anjo caído na terra prometida:** propriedade, regulação e conflitos na reurbanização periférica da São Paulo do século XXI. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 40, n. 1, 2021.

DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202100010003>

OLIVEIRA, F. **O Estado e o urbano no Brasil.** *Espaço e Debates*, v. 2, n. 6, p. 36-54, 1982.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, P. C. X. **Valorização imobiliária, movimentos sociais e espoliação.** *Sinopses (USP)*, São Paulo, v. 9, p. 203-233, 1986.

PEREIRA, P. C. X. **Espaço, Técnica e Construção:** O desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1988

PEREIRA, P. C. X. **São Paulo – a construção da cidade – 1827-1914.** São Carlos: RiMa, 2004.

PEREIRA, P. C. X. **Imediato, global e total na produção do espaço:** a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018.

<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/302>

PETRELLA, G. **Das fronteiras do conjunto ao conjunto das fronteiras.** *PosFAUUSP*, 18(29), 114-135, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v18i29p114-135>

PETRELLA, G. **Aprendendo com a São Paulo delirante:** reestruturação imobiliária, movimentos sociais e espoliação. Em PEREIRA (org.), 2018.

PETRELLA, G. **Renda Imobiliária e propriedade:** Estrutura da renovação urbana. *Revista Direito E Práxis*, 12(3), 1777-1804, 2021a.

<https://www.e-Publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/49986>

PETRELLA, G. **Níveis e dimensões da renovação urbana da Região da Luz:** da experiência da espoliação à luta de classes socioespacial: Risco *Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, 19, 1-20, 2021b. <https://doi.org/10.11606/1984-450619>

PETRELLA, G. **Condominialização da cidade:** a produção de propriedades como fronteira de acumulação capitalista. Em *Anais do Fórum SP 21: Avaliação do Plano Diretor e da Política Urbana de São Paulo*. São Paulo: IAB/SP, 2021c.

PETRELLA, G. **Contradições da produção do espaço:** acumulação, reprodução do capital e reprodução da vida. Em LACZYNSKI, Patrícia et.al., *Acumulação do capital e reprodução da*

vida: tensões a partir da produção do Espaço. São Paulo: Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, 2022.

PETRELLA, G. **A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo**: região da Luz no século XXI. São Paulo: Annablume, 2023.

PETRELLA, G. **A cidade é o monstro que vos fala**: – “Eu sou a indústria da propriedade. Eu sou a produção do corpo!”. *Geo UERJ*, (44), 2024a. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2024.83492>

PETRELLA, G. **O boi de piranha da travessia do capital**: a submissão do trabalho, a dominação do corpo e a indústria da propriedade na produção do espaço. *PosFAUUSP*, 32(60), prelo, 2024b.

PETRELLA, G; FABIANO JR., A. **Do mito ao rito**: financeirização, políticas públicas neoliberais e luta de classes socioespacial na região da Luz. Em RENA, N; BRANDÃO, M; MEDEIROS, D; SÁ, I (orgs.). *Urbanismo Biopolítico*. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021.

ROLNIK, R. **Cada um no seu lugar** (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder). Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo, n-1 Edições, 2018.

RUFINO, B.; BORGES, I.; NAKAMA, V. **Financeirização e metropolização do espaço: imobiliário e infraestrutura sob domínio de Grandes Grupos Econômicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

RUI, T. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a lucidez**. Romance. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SMITH, N. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano**. São Paulo: Revista GEOUSP, Espaço, Tempo, N° 21, pp. 15-31, 2007.

SMITH, N. **Gentrificación urbana y desarrollo desigual**. Barcelona: Icària Editorial, 2015.

THOMPSON, E. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Critica, 1979.

TODOROV, T. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

¹ No texto é usado as noções de “formas de produção do espaço” (Jaramillo, 1982) para indicar a *produção doméstica*, ou “autoconstrução”, decorrente de relações de trabalho que não são mediadas por salários, pelo *valor*; a *produção por encomenda*, realizada pelo construtor imediato e diretamente contratado pelo proprietário; a *produção estatal*, organizada pela estrutura pública de financiamento, planos e políticas; e a *produção de mercado*, orientada pela autonomia da lógica do setor de construção e de incorporação, visando lucro a partir da produção do espaço e da renda. Combinam diferentes formas de produção da moradia à produção da cidade.